

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024-2025

SINDICATO DOS PROFESSORES DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO, CNPJ n. 28.607.000/0001-73, neste ato representado por seu Diretor, Sr. RICARDO DA GAMA ROSA COSTA; e

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA, CNPJ n. 34.075.739/0061-15, neste ato representado por seus Diretores, Sr. Rossano Marques Leandro e Sr. José Aroldo Alves Junior, celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, mediante os termos previstos nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrangerá categoria dos **Professores da Estácio**, com abrangência territorial em **Nova Friburgo/RJ**.

SALÁRIO, REAJUSTES E PAGAMENTO

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais considerados como o valor mínimo da hora-aula devido para os professores auxiliares, assistentes, adjuntos e titulares, na vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, deverão obedecer à sistemática de revisão salarial prevista na cláusula do Reajustes/Correções Salariais deste Acordo Coletivo de Trabalho e serão fixados nos seguintes valores:

Categoria	Piso Salarial Agosto 2024
Prof. Auxiliar ou equivalente	R\$ 46,98
Prof. Assistente ou equivalente	R\$ 51,68
Prof. Adjunto ou equivalente	R\$ 56,38
Prof. Titular ou equivalente	R\$ 61,07

Reajustes/

Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Salvaguardando a data-base da categoria no mês de maio, conforme previsto na cláusula primeira deste Acordo Coletivo, mas considerando as dificuldades econômicas e demais circunstâncias que afetaram a negociação deste ano, o valor de hora-aula dos professores em agosto de 2024, serão reajustados em 3,23% (três vírgula vinte e três por cento), sobre os salários de abril de 2024.

Parágrafo Primeiro: Servirá como base para o reajuste de salários na próxima data base de 01/05/2025, por Acordo Coletivo 2025/2026, o salário do professor em 01/09/2024.

Parágrafo Segundo: Independente do reajuste salarial previsto no caput, os professores, receberão um abono salarial correspondente a 11% (onze por cento), calculado sobre o salário vigente em maio de 2024, não incorporável ao salário, não constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Parágrafo Terceiro: Caso o professor não tenha recebido salário no mês de maio de 2024, o abono deverá ser calculado sobre o último salário quitado pela instituição.

Parágrafo Quarto: Os professores dispensados até 31 de julho de 2024, receberão o abono de 11% (onze por cento) por meio de rescisão complementar, observando o salário de maio de 2024 ou o último salário recebido.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO - FORMAS E PRAZOS

O salário mensal do professor será calculado na base de, no mínimo, quatro semanas e meia.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

No dia do pagamento a Estácio fornecerá ao professor documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando:

- Classificação na carreira docente;
- Valor da hora-aula;
- Aulas ou atividades extraordinárias;





- d) Adicionais de aprimoramento acadêmico (com as especificações estabelecidas na cláusula décima);
- e) Repouso semanal remunerado;
- f) Descontos efetuados;
- g) Valor líquido pago no mês;
- h) Valor do depósito do FGTS;
- i) Salário base;
- j) Carga horária;
- k) Adicional noturno;
- l) Valor total da remuneração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIA DO CRÉDITO DE SALÁRIO

O pagamento do salário deverá ser efetuado, até o segundo dia útil do mês subsequente ao vencido.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIO, REAJUSTE, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - JANELAS

No caso do professor contratado no regime de hora-aula, as "janelas" não serão permitidas sem remuneração, salvo se for do interesse do professor, manifestado por escrito.

Parágrafo Primeiro: Janelas são as aulas vagas existentes no horário do Professor, verificadas entre outras aulas ministradas no mesmo turno, ficando o Professor à disposição da Estácio neste período.

GRATIFICAÇÕES, AUXÍLIO E OUTROS

CLÁUSULA NONA - ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS

Considera-se atividade extra, todo trabalho desenvolvido em horário diferente daquele habitualmente realizado na semana. As atividades extras devem ser pagas com adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Primeiro: Não é considerada atividade extra a participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento docente, desde que aceita livremente pelo professor.

Parágrafo Segundo: Serão pagas como aulas normais, acrescidas do repouso semanal remunerado (RSR), as aulas que forem adicionadas provisoriamente à carga horária habitual do professor e que sejam decorrentes de:

- Substituição temporária de outro professor, com duração predeterminada, decorrente de licença médica, maternidade ou para estudos. Nestes casos, a substituição deverá ser formalizada através de documento firmado entre a Estácio e o professor que aceitar realizá-la;
- Substituições eventuais em razão de faltas do professor que será substituído, desde que aceita livremente pelo professor substituído;
- Reposição de eventuais faltas não abonadas;
- Realização de cursos eventuais ou de curta duração, inclusive cursos de dependência, desde que aceitas livremente, mediante documento firmado entre o professor convidado a ministrá-los e a Estácio;
- Comparecimento a reuniões didático-pedagógicas, de avaliação e de planejamento, quando realizadas fora de seu horário habitual de trabalho, desde que aceita livremente pelo professor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADICIONAL DE APRIMORAMENTO ACADÊMICO

A Estácio se obriga a pagar ao professor, além do piso salarial da respectiva categoria, um adicional, a título de aprimoramento acadêmico, nunca inferior a:

- a) 5% (cinco por cento), para os professores portadores de título de mestrado;
- b) 10% (dez por cento), para os professores portadores de título de livre docência ou título de doutorado;

Parágrafo Primeiro: O percentual fixado no "caput" não é cumulativo em função dos vários títulos possuídos pelo professor, prevalecendo o título de maior importância.

Parágrafo Segundo: O pagamento do adicional em percentuais anteriormente praticados de 5, 10 ou 15%, para os professores portadores de título de especialização, mestrado e doutorado, respectivamente, ficam mantidos para os professores contratados até 30 de junho de 2010.

Parágrafo Terceiro: Para os professores contratados até 30.06.2010 e que passem a portar títulos de mestrado, doutorado ou livre docência, a partir desta data, os adicionais de aprimoramento devidos deverão observar os percentuais estabelecidos no caput desta cláusula.

Parágrafo Quarto: O professor deverá se dirigir a secretaria da Estácio com os documentos necessários que atestem a conclusão do Curso, através de protocolo junto ao departamento de recursos humanos; e a Estácio por



sua vez, fica obrigada pagar-lhe o adicional previsto nesta cláusula, conforme os prazos previstos no Plano de Carreira, após o protocolo de recebimento dos documentos.

Auxílio Educação e Outros
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GRATUIDADE DE ENSINO

Aos professores integrantes do corpo docente da Estácio serão asseguradas gratuidade de ensino, exclusivamente nos cursos de graduação, total ou parcial, para ele próprio e/ou seus dependentes e/ou agregados, a saber:

Parágrafo Primeiro: Para efeito do benefício previsto no caput serão considerados:

- a) Dependentes: o cônjuge, o(a) companheiro(a), o ascendente ou descendente. Os descendentes são os filhos que tenham até 24 anos completos.
- b) Agregados: filhos acima de 24 anos, pai, mãe e irmãos.

Parágrafo Segundo: As bolsas de estudo para o professor integrante do corpo docente da Estácio serão concedidas diante das seguintes condições:

- a) Professor com carga horária de até cinco horas semanais – 70% de gratuidade para o próprio docente e mais 50% de gratuidade para um dependente;
- b) Professor com carga horária de seis até onze horas semanais – 100% de gratuidade para o próprio docente ou dependente e mais 50% de gratuidade para um dependente e mais 50% de gratuidade para um agregado ou dependente (1 gratuidade de 100% e 2 gratuidades de 50%);
- c) Professor com carga horária de, pelo menos, doze horas semanais – 100% de gratuidade para o próprio docente e mais 100% de gratuidade para um dependente e mais 50% de gratuidade para um agregado ou dependente (2 gratuidades de 100% e 1 gratuidade de 50%).

Aos professores sindicalizados junto ao SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO serão contemplados com uma gratuidade de 50% para ele e seus dependentes nos cursos de graduação à distância - EAD ou gratuidade de 40% para ele e seus dependentes nos cursos de graduação presenciais, em todos os casos limitados a 3 gratuidades por professor (3 gratuidades no total, 50% se o curso for feito a distância EAD ou 40% se o curso for realizado presencialmente).

Parágrafo Terceiro: Não serão concedidas gratuidades de estudos para os seguintes cursos: medicina, medicina veterinária, odontologia, biomedicina, gastronomia, bem como nos cursos que não sejam de graduação.

INCISO I - Caso algum professor integrante do corpo docente da Estácio já esteja matriculado ou tenha algum dependente matriculado nos cursos acima mencionados na data da assinatura do presente acordo coletivo de trabalho, tais benefícios não poderão ser alterados enquanto perdurar o contrato de trabalho.

Parágrafo Quarto: Em todos os casos o beneficiário perde o direito à gratuidade, caso não seja aprovado em pelo menos 2/3 (dois terços) dos créditos cursados no semestre anterior.

Parágrafo Quinto: A Estácio se reserva ao direito de não oferecer cursos e ou disciplinas, conforme sua organização acadêmica, a qualquer momento e sem a necessidade de aviso prévio do beneficiário da gratuidade.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades.
Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ANOTAÇÕES EM CTPS

Constará obrigatoriamente da Carteira de Trabalho e Previdência Social do professor, o regime de trabalho.

Parágrafo Primeiro: O professor contratado em regime de aulas terá anotado o valor do salário-aula.

Parágrafo Segundo: O professor contratado em regime de tempo integral ou parcial terá anotada a composição da sua remuneração mensal.

Parágrafo Terceiro: Em ambos os regimes contratuais deverão, ainda, constar a titulação acadêmica e a classificação na carreira docente.

Parágrafo Quarto: não serão utilizadas pessoas sem a devida habilitação para o exercício do magistério, em conformidade com a lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO A PRAZO CURTO

É nula a contratação de professor por prazo determinado, salvo se for contratado para:





- a) Substituir outro professor, nos casos de licenças com vencimento ou sem vencimento, afastamento para capacitação em cursos de formação continuada;
- b) Por período de experiência;
- c) Ministras aulas de extensão que tenham duração máxima de 90 (noventa) dias úteis;
- d) Ministras aulas em cursos de pós-graduação, observado o prazo máximo previsto na lei.

Desligamento/Demissão/Homologação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INDENIZAÇÃO ESPECIAL/DISPENSA DO PROFESSOR

Independente da multa fixada em razão da notificação de dispensa, consoante estabelecido na Cláusula Décima Terceira deste Acordo, ao professor, por ocasião da dispensa, será pago o seguinte:

1. Fica assegurado ao professor, demitido sem justa causa no decorrer do primeiro período letivo do ano, a percepção dos salários integrais, calculados até o final do mês de julho inclusive, pagos de uma só vez, a título de indenização especial, além de outros benefícios previstos no presente Acordo Coletivo ou que a lei determinar.
2. Fica assegurado ao professor demitido sem justa causa no decorrer do segundo período letivo do ano, a percepção de 50% (cinquenta por cento) dos salários calculados até fevereiro do ano subseqüente, pagos de uma só vez, a título de indenização especial, além de outros benefícios previstos no presente Acordo Coletivo ou que a lei determinar.
3. Os professores demitidos no mês de dezembro farão jus aos salários integrais correspondentes ao período compreendido entre a data da dispensa, ocorrida no mês de dezembro a 28 de fevereiro do ano subseqüente, a título de indenização prevista no Art. 322, parágrafo 3º da CLT, além de outros benefícios que a lei determinar.

Parágrafo único: O período correspondente ao aviso prévio legal só não será considerado para efeito de sua proteção nos períodos letivos seguintes de forma a ensejar o pagamento das indenizações na forma prevista nos itens 1.1 e 1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA NOTIFICAÇÃO DA DISPENSA DO PROFESSOR

A Estácio, quando não desejar manter o contrato de trabalho do professor no início do ano letivo seguinte, deverá notificá-lo até 31 de dezembro, desde que não seja legalmente prorrogado o respectivo período escolar, da data a partir da qual correrá o aviso prévio legal, sob pena de pagar ao professor uma multa correspondente aos salários dos dois últimos meses, sem prejuízo dos direitos assegurados no presente Acordo Coletivo, na CLT e na Legislação Complementar.

A Estácio, quando não desejar manter o contrato de trabalho do professor no início do segundo período letivo, deverá também notificá-lo até o último dia de trabalho no período letivo, da data a partir da qual correrá o aviso prévio legal, sob pena de pagar ao professor uma multa correspondente ao salário do último mês, sem prejuízo dos direitos assegurados no presente Acordo Coletivo, na CLT e na Legislação Complementar.

Parágrafo Primeiro: Cumpre ao professor comunicar, contrarrecibo, a Estácio qualquer mudança de endereço. Reputar-se-ão válidas as notificações enviadas para o endereço constante da ficha de registro de emprego assinada pelo professor.

Parágrafo Segundo: O professor, quando não desejar manter o contrato de trabalho no início do ano letivo seguinte, deverá notificar à Estácio, até 31 de dezembro, desde que não seja legalmente prorrogado o respectivo período escolar da data a partir da qual correrá o aviso-prévio legal, sob pena de pagar uma multa correspondente aos salários dos dois últimos meses.

Parágrafo Terceiro: Não desejando o professor a manutenção do contrato de trabalho no início do segundo período letivo, deverá também notificar à Estácio, até o último dia de trabalho letivo, do período legal, sob pena de pagar uma multa correspondente ao salário do último mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – HOMOLOGAÇÃO

As homologações das rescisões dos contratos de trabalho, durante a vigência do presente acordo, serão realizadas perante o SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO.

Parágrafo Primeiro: O pagamento ou o depósito na conta bancária do professor do valor registrado no termo rescisório deverá ser realizado pela Estácio em até 10 dias.

A data para a entrega das guias, para o registro da data de saída na CTPS e para o ato de homologação será pactuada entre a Estácio e o SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO, sem que isto implique no pagamento de qualquer multa.

Parágrafo Segundo: Considera-se, para fins de salário-base para cálculo da rescisão do professor, a média das últimas 12 (doze) remunerações do professor, excluindo deste cálculo eventual período de licença sem vencimentos ou qualquer outro afastamento.



Parágrafo Terceiro: Verificada qualquer divergência no termo rescisório, o SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO deverá notificar a Estácio para ciência, que poderá realizar o pagamento da parcela por meio de rescisão complementar em até 30 dias.

RELAÇÃO DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO NÚMERO DE ALUNOS EM TURMA

O número máximo de alunos por turma é de sessenta nos ciclos básicos e de quarenta nos ciclos profissionais.

ESTABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO

A Estácio, independentemente do disposto nas Cláusulas Décima Terceira e Décima Quarta do presente Acordo, garantirá o emprego e o salário de seus professores, ressalvada a hipótese de justa causa devidamente comprovada nos termos da CLT e de acordo promovido entre as partes, desde que o professor seja assistido obrigatoriamente pelo SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO, nas seguintes situações:

A) gestantes:

A garantia no emprego à professora gestante, desde a concepção até cento e oitenta dias após o término do período de licença maternidade.

B) Acidente de trabalho e doença profissional:

Garantia no emprego para professores vítimas de acidente no trabalho ou doença ocupacional, por um ano a partir do seu retorno ao trabalho.

C) Aposentadoria:

Nos vinte e quatro meses que antecedem à aposentadoria, nos seus prazos mínimos, o professor não poderá ser demitido. A Estácio não poderá reduzir a carga horária e/ou alterar a função antes exercida pelo mesmo, salvo casos em que tal alteração interessar ao professor.

Parágrafo Único: Nos trinta dias subsequentes a aquisição do direito previsto na alínea c, deverá o professor comunicar por escrito à instituição de ensino, sob pena de não ser beneficiário, enquanto não proceder à comunicação, aqui, prevista e desde que não tenha sido, ainda, dispensado do emprego.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE E FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DURAÇÃO E HORÁRIO

A hora-aula corresponderá a 50 (cinquenta) minutos diurnos e noturnos, não havendo, portanto, qualquer distinção entre a duração da hora-aula ministrada em ambos os turnos.

Parágrafo Primeiro: As aulas ministradas após as vinte e duas horas serão pagas com adicional noturno de 20% (vinte por cento).

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal remunerado, para os que recebem o salário aula, fica assegurado, na base de 1/6 (um sexto) da paga mensal, desde que satisfeitas às demais condições da *Lei nº 605/49*.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS FALTAS

O cálculo dos descontos resultantes das faltas do professor contratado por regime de pagamento de hora-aula far-se-á multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo respectivo valor do salário-aula e levando-se em consideração a proporcionalidade deste desconto no pagamento do Repouso Semanal Remunerado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS FALTAS JUSTIFICADAS

O professor terá direito a uma licença remunerada de 09 (nove) dias úteis por motivo de gala ou falecimento de parentes, assim definidos em lei.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE A JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO REGIME DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO DO PROFESSOR

São critérios para contratação e remuneração de Professores:





1. Contratação em Regime de Tempo Integral: Está sujeito ao regime de tempo integral o professor contratado com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Durante este período o professor poderá ministrar aulas ou dedicar-se a atividades extraclasse, sendo que a atividade de ministrar aulas fica limitada a, no máximo, vinte horas-aulas semanais.

Parágrafo Primeiro: Atividades extraclasse, neste regime de trabalho, envolvem estudos, pesquisas, trabalhos de extensão, planejamento, avaliações e outras atividades acadêmico/administrativas.

Parágrafo Segundo: A alocação da carga horária das atividades extraclasse no regime de tempo integral será definida entre a Estácio e o Professor, ressaltada a disponibilidade de horário oferecida previamente pelo docente.

A remuneração do professor contratado no regime de tempo integral não será, em qualquer hipótese, inferior ao equivalente há 20 horas-aulas do seu respectivo cargo, devendo ser observado o estabelecido nas Cláusulas Quinta, Sétima, Décima e Décima Segunda deste acordo coletivo.

2. Contratação em Regime de Tempo Parcial: Está sujeito ao regime de tempo parcial o professor contratado com 12 ou mais horas semanais de trabalho.

Durante este período o professor poderá ministrar aulas ou dedicar-se às atividades extraclasse, sendo que a atividade de ministrar aulas fica limitada a, no máximo, 75% deste tempo.

Parágrafo Primeiro: Atividades extraclasse, neste regime de trabalho, envolvem estudos, pesquisas, trabalhos de extensão, planejamento, avaliações e outras atividades acadêmico/administrativas.

Parágrafo Segundo: A alocação da carga horária das atividades extraclasse, no regime de tempo parcial, será definida entre a Estácio e o Professor, ressaltada a disponibilidade de horário oferecida previamente pelo docente.

A remuneração do professor contratado no regime de tempo parcial não será, em qualquer hipótese, inferior ao equivalente, a 75% da carga horária contratada em horas-aulas, devendo ser observado o estabelecido nas Cláusulas Quinta, Sétima, Décima e Décima Segunda deste acordo coletivo deste acordo coletivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CONTROLE DE PONTO

A Estácio no início de cada semestre letivo deverá encaminhar ao professor a grade de horário presencial do semestre a ser laborada. Presumir-se-á laborada durante o semestre a carga horária contida na grade de horário, sendo desnecessária a anotação da frequência pelo professor.

Parágrafo Primeiro: As eventuais horas extras e descontos por faltas injustificadas serão anotadas em controle interno, sendo essas quitadas e/ou descontadas pela Estácio em conjunto com a remuneração do mês subsequente a prestação das atividades extraordinárias ou ausências.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO DIA DO PROFESSOR

O dia 15 de outubro, *Dia do Professor*, será feriado em qualquer hipótese.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS DATAS JUDAICAS

Não serão descontadas dos salários dos professores Israelitas as ausências nos dias de feriados judaicos, a saber: Dia do Perdão e Ano Novo Judaico.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

Fica estabelecido que as férias dos professores serão gozadas no mês de julho e dezembro.

Parágrafo Único - Para todos efeitos legais fica estabelecido neste Instrumento que o mês de janeiro será considerado recesso escolar.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CLÁUSULA DA LICENÇA PARA APRIMORAMENTO ACADÊMICO

A Estácio concederá a 20% (vinte por cento) dos professores, regularmente inscritos em cursos de mestrado ou doutorado, pertinentes ao curso em que lecionem e de interesse da Instituição, as seguintes condições:

- a) redução de até 20% (vinte por cento) da carga horária de permanência pelo período de um ano;
- b) redução de até 20% (vinte por cento) da carga horária de permanência, para elaborar a dissertação ou tese, por período de seis meses.



Aos demais professores se concederá licença não remunerada, com suspensão do vínculo empregatício, pelo prazo de até um ano, após o qual se lhes garantirá, no mínimo, a carga horária exercida anteriormente.

Parágrafo Primeiro: O requerimento para habilitação à licença deverá ser apresentado à Estácio com antecedência de 6 (seis meses) do início do afastamento, especificando as datas de início e término respectivos.

Parágrafo Segundo: As licenças não remuneradas terão início a partir da data expressa na solicitação, mantendo-se, até a data assinalada, todas as vantagens e obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro: O requerimento de solicitação de prorrogação da licença deverá ser encaminhado à Estácio, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início do período letivo.

Parágrafo Quarto: O término do afastamento deverá coincidir com o início do período letivo.

Parágrafo Quinto: Nas licenças não remuneradas, caso o professor exerça função gratificada, deverá, junto com a requisição de licença, solicitar seu desligamento do cargo, a partir do início do período de licença.

Parágrafo Sexto: O professor deverá comunicar, por escrito, que pretende retornar às suas atividades profissionais no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência ao período de encerramento da licença, sob pena de não lhe serem asseguradas as garantias previstas neste acordo.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO SINDICATO DO REPRESENTANTE SINDICAL

Haverá um quadro de avisos na sala dos professores para a divulgação de material do SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO desde que previamente cientificado e notificado os respectivos diretores da Estácio, vedada à divulgação de matérias político-partidárias ou ofensivas a quem quer que seja.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO ACESSO DOS DIRETORES DO SINPRO ÀS DEPENDÊNCIAS DA ESTÁCIO

Os representantes do SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO terão livre acesso a Estácio, exclusivamente para tratar de questões sindicais junto aos professores, fora do horário de aula e desde que haja comunicado prévio à direção da Unidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA- ACESSO DOS PROFESSORES AO SINDICATO

Os jornais, periódicos e/ou informativos elaborados pelo SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO em formato digital serão encaminhados mensalmente pela Estácio aos e-mails corporativos daqueles professores que possuem tal correio eletrônico.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADE DO SINDICATO

A Estácio descontará em folha as mensalidades dos professores sindicalizados, remetendo-as no prazo máximo de 10 dias ao Sindicato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – TAXA NEGOCIAL

A Estácio descontará do pagamento dos salários dos professores, em setembro de 2024, a importância equivalente a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor dos salários devidos no mês de agosto de 2024, a título de Taxa Negocial em favor do SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO.

Parágrafo Primeiro: As importâncias a que se refere o caput da presente cláusula serão recolhidas e depositadas na **conta-corrente nº 28-8 agência 0186 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, com remessa ao SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO, até o dia 15 (quinze) de outubro de 2024.

Parágrafo Segundo: Ficará assegurado ao professor o direito de oposição ao desconto a título de Taxa Negocial no prazo de vinte dias contados do efetivo desconto praticado no salário. O direito de oposição deve ser manifestado direta e pessoalmente na sede do SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO, conforme calendário a ser divulgado na página do sindicato e enviado por e-mail aos professores.

Parágrafo Terceiro: O SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO assume integral responsabilidade pela devolução da taxa referida na presente cláusula, em caso de eventuais condenações judiciais que venham a impor tal obrigação e/ou casos previstos no parágrafo segundo acima.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - REPRESENTANTE SINDICAL

A Estácio assegurará a eleição de 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro: Será conferida apenas para o representante titular a garantia de emprego e salário, sendo permitida uma única reeleição.



Parágrafo Segundo: A eleição do representante, que deverá ser sindicalizado, será realizada pelo SINPRO DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO, por meio de voto direto e secreto dos professores da Estácio presentes em uma assembleia que será convocada em até 60 (sessenta) dias após a assinatura desse acordo, a qual poderá ser realizada por meio virtual.

Parágrafo Terceiro: A apuração da votação deverá ser realizada após a coleta de todos os votos dos professores presentes à assembleia (ou por enquete virtual) e será declarado representante titular o professor mais votado. O segundo colocado no pleito será declarado representante suplente.

Parágrafo Quarto: O resultado da eleição deverá ser comunicado à Estácio em até sete dias corridos da data da eleição, a fim de assegurar a estabilidade prevista no parágrafo primeiro desta cláusula, bem como será apresentada a cópia da ata da assembleia e a eleição do representante, sendo esse, portanto, o início da estabilidade ora estabelecida.

Parágrafo Quinto: Na hipótese de afastamento, conforme o parágrafo sétimo próximo, o professor suplente assumirá o mandato para o cumprimento do período restante e usufruirá da estabilidade. Caso o Suplente não esteja com contrato de trabalho vigente com a Estácio na época da substituição, o SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO poderá designar qualquer professor sindicalizado para assumir o mandato.

Parágrafo Sexto: Para assegurar o efetivo desempenho das atividades do representante sindical titular, a Estácio remunerará o docente por 2 tempos semanais.

Parágrafo Sétimo: O SINPRO NOVA FRIBURGO E REGIÃO e a Estácio se reunirão semestralmente para discutir a implementação dessa cláusula "representante sindical".

Disposições Gerais Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica constituída uma comissão paritária especial, composta por representantes da Estácio, Diretoria do Sindicato da Categoria e Federação dos Professores, com o objetivo de discutir, obrigatoriamente, até o dia 31 de março de 2025, os seguintes temas a serem tratados para o acordo coletivo 2025/2026:

1. Adicional por tempo de serviço;
2. Adicional de Aprimoramento Acadêmico;
3. Número de alunos em sala;
4. Controle de jornada;
5. Calendário Unificado de Férias;
6. Carga Zerada;
7. Plano de Saúde;
8. Mesa de Conciliação de Demandas.

Parágrafo Único: As partes se comprometem a envidar esforços para discussão dos temas, reunindo-se sempre, na frequência mínima de três vezes por mês, a contar de 01 de setembro de 2024.

Nova Friburgo, 13 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO DA GAMA ROSA COSTA
Data: 13/08/2024 13:53:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA
Diretor
SINDICATO DOS PROFESSORES DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO


ROSSANO MARQUES LEANDRO
VICE PRESIDENTE
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SÁ


JOSÉ AROLDE ALVES JUNIOR
VICE PRESIDENTE
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SÁ